

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Despacho n.º 1767/2017

Organismo de Verificação Metrológica de Instrumentos de Medição de Radiações Ionizantes

O controlo metrológico dos métodos e instrumentos de medição obedece ao regime geral aprovado pelo Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro, às disposições regulamentares gerais previstas no Regulamento Geral do Controlo Metrológico aprovado pela Portaria n.º 962/90, de 9 de outubro, e ainda às disposições constantes das portarias específicas de cada instrumento de medição, sendo aplicável, no caso dos Instrumentos de Medição de Radiações Ionizantes a Portaria n.º 1106/2009, de 24 de setembro, que regulamenta o respetivo controlo metrológico legal.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 71/2012, de 21 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/2014, de 15 de maio, compete ao Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ) assegurar e gerir o sistema de controlo metrológico legal dos instrumentos de medição, bem como reconhecer as entidades competentes para o exercício delegado desse controlo, sempre que tal se revele necessário.

Tendo sido verificada a necessidade de qualificar entidades para a realização das operações de controlo metrológico de Instrumentos de Medição de Radiações Ionizantes, e por forma a assegurar a cobertura nacional efetiva daquele controlo no âmbito referido, foi o Laboratório de Metrologia das Radiações Ionizantes do *Campus* Tecnológico e Nuclear do Instituto Superior Técnico objeto de avaliação com base nos critérios e princípios para a qualificação de entidades, tendo sido evidenciada a experiência e a competência técnica necessárias para a realização do controlo metrológico de Instrumentos de Medição de Radiações Ionizantes.

Assim:

Ao abrigo da alínea s) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/2012, de 21 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/2014, de 15 de maio, conjugada com o disposto na subalínea i) da alínea c), do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro e para efeitos da aplicação da Portaria n.º 1106/2009, de 24 de setembro, determino o seguinte:

a) É reconhecida a qualificação ao Laboratório de Metrologia das Radiações Ionizantes do *Campus* Tecnológico e Nuclear do Instituto Superior Técnico, com instalações na Estrada Nacional 10, km 139, 72695-066 Bobadela, Portugal, para a execução dos ensaios necessários às operações de Primeira Verificação, Primeira Verificação após reparação e Verificação Periódica de Instrumentos de Medição de Radiações Ionizantes;

b) O referido Laboratório colocará o símbolo da operação de controlo metrológico aplicável, na selagem dos instrumentos de medição abrangidos pelo regulamento aprovado pela Portaria n.º 1106/2009, de 24 de setembro;

c) Das operações envolvidas serão mantidos em arquivo os relatórios dos ensaios correspondentes às operações de controlo metrológico, nos termos da lei;

d) Mensalmente, e até ao dia 10 do mês seguinte, deve a entidade remeter ao Departamento de Metrologia do IPQ a lista dos instrumentos verificados, assim como efetuar o pagamento, ao IPQ, dos montantes previstos no n.º 10, do Despacho n.º 18853/2008, de 3 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 15 de julho, revisto pela Retificação n.º 2135/2008, de 11 de setembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 1 de outubro;

e) O valor da taxa aplicável às operações previstas neste Despacho encontra-se definido na tabela de taxas de controlo metrológico aprovada pelo Despacho referido na alínea anterior, e será revisto anualmente;

f) O presente Despacho produz efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República* e é válido até 31 de dezembro de 2019.

29 de dezembro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, J. Marques dos Santos.

310179646

Despacho n.º 1768/2017

Organismo de Verificação Metrológica de Contadores de água potável Fria

O controlo metrológico dos métodos e instrumentos de medição obedece ao regime geral aprovado pelo Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro, às disposições Regulamentares gerais previstas no Regulamento Geral do Controlo Metrológico aprovado pela Portaria n.º 962/90, de 9 de outubro, e ainda às disposições constantes

das portarias específicas de cada instrumento de medição, sendo aplicável, no caso dos Contadores de Água limpa, fria ou quente, para uso doméstico, comercial ou da indústria ligeira, a Portaria n.º 21/2007, de 5 de janeiro, que regulamenta o respetivo controlo metrológico legal.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 71/2012, de 21 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/2014, de 15 de maio, compete ao Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ) assegurar e gerir o sistema de controlo metrológico legal dos instrumentos de medição, bem como reconhecer as entidades competentes para o exercício delegado desse controlo, sempre que tal se revele necessário.

Tendo sido verificada a necessidade de qualificar entidades para a realização das operações de controlo metrológico de Contadores de Água, e por forma a assegurar a cobertura nacional efetiva daquele controlo no âmbito referido, foi o Laboratório de contadores de água da EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A. objeto de avaliação com base nos critérios e princípios para a qualificação de entidades, tendo sido evidenciada a experiência e a competência técnica necessárias para a realização do controlo metrológico de Contadores de Água potável fria instalados na rede de serviço público, bem como a acreditação pelo Instituto Português de Acreditação, I. P. (IPAC), do Laboratório de Ensaaios de Contadores de Água da EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A. segundo a NP EN ISO/IEC 17025, neste domínio conforme Certificados n.º L0402 e M0022.

Assim:

Ao abrigo da alínea s) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/2012, de 21 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/2014, de 15 de maio, conjugada com o disposto na subalínea i) da alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro e para efeitos da aplicação da Portaria n.º 21/2007, de 5 de janeiro, determino o seguinte:

a) É reconhecida a qualificação ao Laboratório de contadores de água da EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., com sede na Av. da Liberdade 24, Código Postal 1250-144 e com instalações na Av. De Berlim 15, Código Postal 1800 031 Lisboa, para a execução das operações de primeira verificação após reparação e Verificação Periódica de Contadores de água potável fria, instalados na rede de serviço público;

b) A referida empresa colocará a respetiva marca própria, anexa ao presente Despacho, bem como o símbolo da operação de controlo metrológico aplicável, no esquema de selagem dos instrumentos de medição abrangidos pelo regulamento aprovado pela Portaria n.º 21/2007 de 5 de janeiro;

c) Das operações envolvidas serão mantidos em arquivo os relatórios dos ensaios correspondentes às operações de controlo metrológico, nos termos da lei;

d) Mensalmente, e até ao dia 10 do mês seguinte, deve a entidade remeter ao Departamento de Metrologia do IPQ a lista dos instrumentos de medição verificados, assim como efetuar o pagamento, ao IPQ, dos montantes previstos no n.º 10, do Despacho n.º 18853/2008, de 3 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 15 de julho, revisto pela Retificação n.º 2135/2008, de 11 de setembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 1 de outubro;

e) O valor da taxa aplicável às operações previstas neste Despacho encontra-se definido na tabela de taxas de controlo metrológico aprovada pelo despacho referido na alínea anterior, e será revisto anualmente;

f) O presente despacho produz efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República* e é válido até 31 de dezembro de 2019.

5 de janeiro de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo, J. Marques dos Santos.



310218825